

Considerações a partir dos copos da Real Fábrica de Vidros de Coima na coleção do Museu Nogueira da Silva César Valença

“As fábricas de vidro, e papel estão principadas, e se pondo se cuidado se poderão estabelecer de modo que se escuzem estes géneros de fora”¹

D. Luís de Meneses
Conde de Ericeira, 1632-1690
Relatório do Conselho da Fazenda

“Os (Estados) que carecem de fábricas além de uma sujeição pouco decorosa em que se constituem pela dependência de outras nações, vivem pobres e sujeitos a uma extrema decadência”²

Cardeal de Mota, 1691-1797

A habituação e também o facto de vivermos numa época de extraordinárias conquistas no campo da técnica, faz-nos perder a capacidade de surpresa perante essa curiosa forma de transformação de substâncias que constituem o vidro. Preparado a partir de materiais pobres pode tomar características luxuosas incluindo o admirável aspecto da transparência.

Com certa razão, durante anos, os fabricantes de vidro e de porcelana foram quase assimilados aos alquimistas. Não foi por acaso que Praga, a cidade dos alquimistas, seja igualmente a capital da Boémia, país que tem uma notável tradição vidreira.

O vidro teve os seus inícios no Médio Oriente há cerca de 4.500 anos como resultado da fusão por aquecimento a uma temperatura um pouco inferior à da cozedura da cerâmica e constituído por uma mistura de sílica e substâncias alcalinas. Na antiguidade utilizava-se a areia e plantas ricas em carbono.

A Síria terá aperfeiçoado o fabrico do vidro no século I a.C. e é a partir dessa situação que os Romanos foram divulgando o segredo do seu fabrico através dos territórios que conquistaram. Por isso, cedo o vidro penetrou os territórios do Império Romano inclusive a Espanha. Bracara Augusta teve nesse período fabrico dessa matéria, comprovando-se em escavações arqueológicas a existência de fornos. Durante a Idade Média, será nas zonas florestadas da Europa que melhor se desenvolvem os centros vidreiros, pela existência de sílica sob a forma de areia granulosa e de cinzas de madeira ou de fetos. O vidro desta tradição é de cor esverdeada ou amarela e tem aspecto muito rústico recebendo o nome de "wald glass". Um outro tipo de vidro opôs-se desde sempre ao descrito, pelo seu aspecto refinado tendo como origem o



Fragmento de vidros de *Bracara Augusta*.

mundo Islâmico e Constantinopla. Em Veneza, sobretudo depois da queda do Império Bizantino, floresce o tráfico do vidro com os países muçulmanos recebendo destes muitas inovações técnicas. Embora existisse desde o século VII o fabrico de vidro em Veneza, é no fim do séc. XIII que a cidade dos Doges estabelece propositadamente na Ilha de Murano a produção de um vidro prestigioso e transparente conhecido por "façon Venise". Apesar do segredo que se queria impôr, os artesãos Venezianos viajaram para o norte encorajados por príncipes e empresários estrangeiros. Fundaram-se manufacturas noutros países capazes de produzirem igualmente um vidro sódico à moda de Veneza chamado "cristallo" estimado pela sua transparência e ductilidade.

O fabrico de vidro levava a um tão grande consumo de madeira que, por vezes, as comunidades entravam em choque com os interesses vidreiros como aconteceu em Portugal, pois já nas cortes de Lisboa de 1498 os membros do terceiro estado que defendiam a população das zonas em que existiam fornos de vidros recomendavam que não se cortassem árvores para consumo dos mesmos, mas apenas os ramos. Os protestos contra o abate de árvores para queimar repetem-se nos séculos seguintes. Será a falta de lenha, o protesto das populações locais e também de Lisboa que obrigaram à aquisição deste combustível longe do local de manufactura de Coira e à adaptação alternativa de carvão mineral o que dificultou e encareceu a produção sendo determinante na futura transferência da fábrica.

Nos séculos XVI e XVII extraía-se o elemento alcalino de ervas marinhas "Kali" no Mediterrâneo Oriental e de Barrilha na Península Ibérica. O norte de França, a Inglaterra e a Escandinávia usavam como elemento alcalino o sargaço do mar e as algas, também utilizadas na França e na Inglaterra, podendo nestes dois países ser substituídos por cinzas de fetos. Para o mesmo efeito, na Alemanha e na Boémia, utilizava-se a cinza de pinheiro, de faia ou de beterraba.

Todos os vidros obtidos com estes fundentes são ditos sódicos ou potássicos.

Como em muitos outros campos, as Cruzadas tinham reintroduzido no Ocidente segredos de fabrico do vidro perdidos na alta Idade Média. Algumas abadias tornaram-se centros de produção de pasta de vidro para vidrilhos e

rosários que tomavam o aspecto precioso dos esmaltes e eram muito mais estimados que os vidros translúcidos mais ou menos puros fabricados na Europa medieval até ao século XV.

A partir de 1623 a Inglaterra reinventou um tipo de vidro, em que o óxido de chumbo substituiu uma parte da soda ou da cal e de quartzo, dando origem ao vidro a que se chamou cristal por semelhança com o cristal de rocha. Este tipo de vidro parece ter existido na Antiguidade mas essa composição fora esquecida. Igualmente no séc. XVII, a Boémia criou um vidro semelhante ao cristal de rocha. Esse vidro tinha um grau de dureza que permitia ser talhado e gravado.

O vidro opaco apresenta-se em várias qualidades uma das quais o opalino, conhecido por vários nomes. Em Portugal é conhecido por vidro coalhado e é branco cor de leite. Criado em Veneza no fim do século XV, dada a sua cor, tomou o nome de "lattimo" em Itália e tem o seu nome sempre ligado ao leite em várias línguas, como "blanc de lait" e "milk glass". Embora o vidro coalhado fosse conhecido desde a Antiguidade com uma composição em que entravam materiais orgânicos, é a partir do século XVIII que em França foi descoberta a nova fórmula à base de cal, estanho e magnésio misturados durante o cozimento da "frita" (massa de vidro). Este tipo de vidro foi usado como uma das formas de imitar a porcelana. Possui o acervo deste Museu um interessante conjunto desses vidros.

A primeira referência que se conhece do fabrico do vidro em Portugal é a data de 1439 em que o Rei D. Afonso V deu o privilégio dessa manufactura a um habitante de Palmela. O investigador Sousa Viterbo (que deu a indicação anterior) refere também a existência de vidreiros nos séculos XV e XVI em Lisboa, Palmela, Santarém, Alcochete, Asseiceira e Coima. Em Lisboa no séc. XVI haverá fabricantes de vidro inclusivé para lentes de óculos, espelhos e vidraças. Aliás o uso de vidros nas janelas em Portugal está documentado desde esse século, embora aumentasse no século XVII. Assim, e apesar das informações tendenciosas de alguns viajantes estrangeiros como Sammel Pegys³ transcrito no seu diário de 1661 ou da obra "The Ancient and Present State of Portugal", editada em 1701 e atribuída a John Steven⁴ que reduz igualmente o uso das vidraças a raras excepções, a aplicação de vidros nas janelas era bem conhecida pelo menos nas classes altas. Prova disso, é o

facto da Casa Real possuir, desde 1640, entre outros funcionários, um vidreiro. Também existem documentos de colocação de vidros nas janelas da Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, entre 1654 e 1655. Existe uma carta escrita pelo P. Bartolomeu de Quental sobre a colocação de vidraça “nuns cubicolos de hum corredor novo”⁵ na Casa dos Oratórianos de Braga, actual edifício do IEC/UM, datada de 1698. Na mesma carta do fundador dessa Congregação é referida igualmente a existência de vidraças nas casas dos Oratórianos do Porto e já “obra muito antiga”. Em Braga aliás essas vidraças não eram as primeiras, porque o Paço Arquiepiscopal as tinha já possuído nos tempos medievais, conservadas actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga ⁶. A pintura portuguesa testemunha já no séc. XVI a existência do uso de vidraças como é o caso do quadro “Pentecostes” de Francisco Henriques, cerca de (1530) e numa “Aparição de Cristo à Virgem” atribuída a Frei Carlos datado de 1529. Durante o séc. XVII o uso de vidros nas janelas tornou-se mais comum como já foi referido e no séc. XVIII, sobretudo a partir do Terramoto, passou a ser usual depois da reconstrução de Lisboa. A adopção de janelas de guilhotina de influência britânica, viria a tomar um aspecto tradicional no nosso país apesar de nos situarmos no sul da Europa.

Nessa centúria estabeleceram-se em Portugal diversos fabricantes de vidros estrangeiros. Apesar disso, o fabrico no nosso país destinava-se apenas ao uso comum continuando o vidro de prestígio a ser importado. Entre os locais de fabrico do vidro contavam-se já alguns de épocas anteriores como uma oficina no Palácio dos Duques de Bragança em Vila Viçosa (1643-1683) e



Retrato de D. João V, séc. XVIII. Pintura a óleo s/ tela.

outras já referidas. Em consequência do primeiro surto das Luzes e ainda do Mercantilismo de D. João V, este Rei criou a Fábrica Real de Coína. Para ajuizar da precocidade portuguesa refira-se que só em 1736 seria criada, próxima de Madrid por Filipe V, a Fábrica de la Granja de San Ildefonso que entre outros objectos executou lustres de grande qualidade.

A criação da manufactura de vidros de Coína insere-se na política de carácter iluminista do reinado do Magnânimo, do mercantilismo industrial e comercial também próprio do seu governo que completavam o mercantilismo metalista – política acentuada no seu tempo, mas com raízes anteriores. A actividade aurífera do Brasil tinha sido iniciado em 1697. O Conde de Ericeira, Vedor da Fazenda do regente D. Pedro tinha promulgado Pragmáticas em 1686 para evitar a fuga de moeda com a aquisição de produtos estrangeiros e relativizar a quebra conjuntural dos preços do açúcar brasileiro.

Em carta de 1680 ao Dr. Ribeiro de Macedo refere o Conde de Ericeira “Vamos triunfando das nossas manufacturas com admiráveis progressos. Opuzeram os Estrangeiros ajudados e Naturais, e quizeram com cepa de zelo persuadir-nos e que introduzidos as manufacturas não haviam de ter saída os nossos generos...”⁷.

O baixo poder de compra dos portugueses, sobretudo da população rural que no séc. XVII era dominante, como acontecerá por muito mais tempo, e ainda a falta de financiamento tornaram difícil a defesa dos ideais do grupo chefiado pelo Conde de Ericeira.

Ao subir ao trono o Rei D. João V renovou, como já foi dito, o interesse pelas manufacturas, não apenas pelos aspectos económicos mas inserindo-as numa política ambiciosa cujo alcance teria dado a Portugal um lugar de independência política económica e cultural. A monarquia dualista exercida no nosso país pela Casa de Áustria entre 1580-1640 fora substituída por um Estado a girar na órbita da Inglaterra na situação de quase protectorado. O excessivo dote levado por D. Catarina de Bragança no seu casamento com Carlos II comprova o peso e o preço da política a que se prefere chamar de aliança.



Copos de vidro de coíña – séc. XVIII (MNS)



Face oposta dos mesmos copos (MNS)

D. João V alicerçando-se na exploração de ouro do Brasil e no desenvolvimento desse território, ambicionou para Portugal uma política de neutralidade e mesmo de independência em relação às potências europeias, facilitada na época pelos períodos conflituosos e de rivalidades que viviam.

A criação de manufacturas completaria os réditos do ouro do Brasil permitindo a autonomia económica. As grandes construções como Mafra, significativamente da mesma época da manufactura de Coina, a vinda de artistas, a criação do teatro de ópera, a elevação da Sé de Lisboa a Patriarcado e a importação de obras de arte concorriam igualmente no aspecto cultural para a desejada dignidade do país que se traduzia, de acordo com a sociedade barroca, por um intenso fausto, manifestação palpável do poder real, da riqueza e do prestígio do Estado como forma de propaganda para uso interno e externo.

A criação da Fábrica Real de Coina em 1719 faz parte de um grupo variado de manufacturas da época. A visita à fabrica em 1727 pela Rainha D. Mariana de Áustria e pelo príncipe D. José comprova o interesse que esta manufactura merecia à Casa Real. A sua instalação aproveitou os fornos e a lenha usados na manufactura vidreira que vinha do séc. XVI, embora depois viesse a utilizar também o carvão mineral a partir de 1735, o que marca a primeira utilização deste tipo de combustível no nosso país, como foi demonstrado por Jorge Custódio nas campanhas arqueológicas que dirigiu nos anos de 1983/90. É possível que se procedesse à lapidação em Coina. A manufactura utilizava moldes construídos de barro refractário inserindo na composição quartzo moído que o torna cristalino, silicato de ferro e, numa antecipação ecológica, reciclava pedaços de vidros já usados. Não se conhecem casos de utilização de chumbo apesar de ter entre os artífices ingleses e irlandeses. Essa manufactura produzia vidraça, espelhos, garrafas de modelos inglês e francês e frascos para diversos usos. Entre os raros vidros de prestígio contavam-se os copos de vidro pintado da série com a frase "Viva D. João V". Dois desses copos fazem parte do acervo deste Museu, como um outro, com uma gravura de Santo António, igualmente desta colecção e atribuído à mesma manufactura e semelhante ao existente no Museu Nacional de Soares dos Reis (Porto). Os dois copos homenageando o rei são de forma troncocónica,

seguem modelos da Europa Central, boémios ou alemães. A inscrição é a esmalte branco. Ao centro encontram-se as armas reais formadas pelas cinco quinas, acrescentadas pela bordadura de sete castelos, introduzida pelo Conde de Bolonha, filho segundo do Rei D. Afonso II de Portugal e de D. Urraca de Castela e que tinha sido utilizada como diferença heráldica em relação às armas do irmão mais velho. Ao subir ao trono com o nome de D. Afonso III manteve a “diferença” permanecendo nas armas reais e depois nacionais até aos nossos dias, apesar da sua origem dinástica e castelhana. A coroa que encima as armas é fechada, imperial, usada a partir do Rei D. Sebastião que a terá adoptado, quer pela concepção altiva que tinha do poder quer a exemplo do que acontecera nas armas de Espanha depois de Carlos V, seu avó materno, ter subido ao trono dos diversos estados que formam a Espanha moderna. Os esmaltes utilizados são o amarelo representando o ouro na coroa e nos castelos, o azul nas quinas e o branco em vez de prata como fundo das quinas. Os copos são encimados um, por um círculo amarelo e o segundo vermelho com um leve entrelaçado branco e o outro copo com uma cercadura branca encimada por trilobados alternadamente vermelhos e amarelos.

O copo com a representação de Santo António é igualmente troncocónico mas achatado, e o célebre Santo Doutor da Igreja, nascido em Lisboa, é chamado de Pádua, com raro espírito cosmopolita... Apresenta a imagem vestida com o seu hábito de frade de côr parda. Sobre a cabeça do Santo António e do Menino Jesus que tem ao colo, vêm-se aureolas amarelas. A inscrição é feita com esmaltes brancos, com a data de 1721. Na parte de trás tem um ramalhete com uma flor azul e duas vermelhas com hastes amarelas e folhas brancas.

Copos e frascos incolores, decorados a esmalte com brasões ou com frases votivas e outras decorações aparecem reproduzidos na obra “Verre d’ Usage et de Prestige”, dirigida por Y. Bellanger e também num artigo sobre vidros na revista da Christie’s de Abril de 1998. Mas, com excepção de uma taça do séc. XVI, muito erudita, de fabrico atribuído à França ou a Veneza apresentada no livro e de um copo do mesmo século atribuído a Veneza ou ao sul da Alemanha, decorado com heráldica familiar e figurando no artigo citado da revista, no geral, os vidros desse tipo, apresentados nessas obras têm um

carácter decorativo mais ligeiro e popular e são mais tardios que os copos de Coina que homenageavam o Rei Magnânimo.

Trabalhavam em Coina quarenta e quatro artífices especializados e ainda operários comuns, além de pessoal administrativo. Na última década da primeira metade do séc. XVIII, a fábrica já em grande declínio, foi concessionada ao irlandês John Beare que a procurou reorganizar. Apesar da sua tenacidade os problemas de combustível e a falta de protecção do Estado provocaram a sua transferência em 1747 para o lugar da Marinha Grande, próximo do pinhal de Leiria “em razão do consumo que fazem de lenha, abatendo árvores com prejuízo do bem público”⁸.

A fábrica da Marinha Grande herdou a experiência e a mão-de-obra originária de Coina.

Notas

¹ Transcrito em “lanifícios”, Ano 6 n.º 61-62, 1955.

² Parecer do Cardeal da Mota in Jorge Borges de Macedo, Problemas de História da Indústria Portuguesa no séc. XVIII.

³ Subsídio para o Estudo da Casa Portuguesa. O uso de vidraça nos séculos XVI e XVII. F. Castelo-Branco in Belas Artes, 3.ª série n.º 1.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ “Problemas da História da Indústria Portuguesa no séc. XVIII”. J. Borges de Macedo.

⁸ Idem.